



**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 09/2025  
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05/2025  
ART. 75, INCISO II DA LEI FEDERAL N.º 14.133/2021  
DECRETO MUNICIPAL Nº. 005/2025.

**DO PREÂMBULO:**

O MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES/RS, com sede administrativa na Rua 13 de maio - S/N - Centro, na cidade de São Pedro das Missões - RS, CEP-98323-000 - neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **RAFAEL FUMAGALLI E SILVA**, nos termos do art. 75, inciso II da Lei Federal Nº 14.133, de 01 de abril de 2021, **Torna Público** aos interessados, que realiza **DISPENSA DE LICITAÇÃO**, com base nas justificativas e disposições legais abaixo fixadas.

**1. DÉFINIÇÃO DO OBJETO:**

1.1. Contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais hidráulicos.

**2. PRAZO DO CONTRATO:**

2.1. O contrato terá vigência de 02 (dois) meses, contados a partir da sua assinatura, nos termos do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021, podendo ser prorrogado na forma da Lei nº 14.133/2021.

**3. FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO:**

É cediço que, em razão do ordenamento vigente, a licitação pública é obrigatória. No entanto, também é cediço que essa obrigatoriedade tem por finalidade a proteção do interesse público em razão da possibilidade da prática de atos imorais, atos esses evitados pela pessoalidade e que possam acarretar tratamento discriminatório não previsto em lei.

O objeto pretendido pela Administração e ora processado se caracteriza em hipótese de dispensa de licitação, amparado no art. 75, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme parecer jurídico e justificativas presentes nos autos.

O motivo maior da existência da licitação pública é o respeito ao Princípio Constitucional da Isonomia, uma vez que o Contrato Administrativo decorrente da licitação pública vem ao final trazer benefícios econômicos ao contratado e, por esse motivo, todos aqueles potenciais interessados em contratar com a Administração Pública devem, nos termos da legislação vigente, ser tratados de maneira isonômica por parte da Administração Pública.

**(55) 9 9199-9431**

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
*Todos Por São Pedro*  
ADM. 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

Neste sentido, a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é de que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, conforme a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil – CRFB/1988, não deixando dúvidas o acima exposto. Entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI, da CRFB de 1988 reza que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, conforme transcrição a seguir:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...]*

*XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

Em mesmo sentido, e conforme redação do art. 75, inciso I e II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, são autorizadas contratações de forma direta.

Desta feita, a rigor, as compras, serviços, obras, alienações e locações realizadas no âmbito da Administração Pública Brasileira serão precedidos de processo licitatório, conforme fixa o inciso XXI do art. 37 da Constituição Federal de 1988.

Nesse sentido Niebuhr (2015, p. 123):

*[...] a licitação pública é obrigatória em tributo aos princípios regentes da Administração Pública, que visam proteger o interesse público de atos imorais, marcados pela pessoalidade e, com destaque, que imputem aos membros da coletividade tratamento discriminatório apartado da razoabilidade [...].*

Analisando o tema a doutrina pátria manifesta-se no mesmo sentido, conforme transcrição a seguir:

**(55) 9 9199-9431**

**www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br**  
**pmsaopedro@hotmail.com - gabinetepmsaopedro@hotmail.com**  
**Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS**



**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**  
**Todos Por São Pedro**  
ADM. 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

*O fato é que, de modo muito claro, a regra é a obrigatoriedade de licitação pública, e a exceção se refere aos casos especificados pela legislação, que, como visto, redundam em inexigibilidade e dispensa. Bem se vê que o constituinte atribuiu competência ao legislador para integrar o dispositivo, declinando os casos em que a licitação pública não se impõe. Entretanto, o constituinte não permitiu que o legislador criasse hipóteses de dispensa não plausíveis, pois, se assim tivesse procedido, este último poderia subverter a própria regra constitucional relativa à obrigatoriedade de licitação.*

Com efeito, as contratações diretas constituem exceções à regra geral e, como tal, somente podem ser realizadas nos estreitos limites fixados pela legislação vigente.

No arcabouço jurídico pátrio, existem duas possibilidades de contratação direta, quais sejam:

- a) por dispensa de licitação; ou
- b) por inexigibilidade de licitação.

Especificamente, para o caso em tela, o Inc. II, do art. 75, da Lei Federal nº 14.133, de 2021, autoriza a dispensa de licitação, porquanto prevê e possibilita de dispensa de licitação contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), atualizado pelo Decreto nº 12.343/2024, para R\$ 62.725,59 (sessenta e dois mil setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e nove centavos).

Dessa forma, a contratação da empresa, **Comércio de Materiais de Construção Stein Ltda**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 43.392.681/0001-93, com sede na Rua Pinheiro Machado, Nº 342, Palmeira das Missões/RS, por meio de dispensa de licitação, além de encontrar amparo na legislação vigente é a solução mais adequada para suprir a necessidade da Prefeitura Municipal de São Pedro das Missões/RS.

#### **4. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO:**

A contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais hidráulicos justifica-se pela necessidade de assegurar a qualidade, a durabilidade e a adequação técnica dos insumos utilizados em obras e manutenções, garantindo a eficiência dos serviços prestados. A seleção da contratada deve observar os princípios da administração pública estabelecidos na Lei nº 14.133/2021, notadamente os da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e vantajosidade.

**(55) 9 9199-9431**

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)  
[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)  
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS







**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

A contratação deve atender ao interesse público e estar em conformidade com o planejamento institucional, garantindo a adequada execução dos serviços necessários. Ademais, o processo deve ser conduzido com base em critérios objetivos, assegurando igualdade de condições entre os potenciais fornecedores e a seleção da proposta mais vantajosa para a administração.

A especificidade dos materiais hidráulicos requer a aquisição de produtos que atendam a normas técnicas e padrões de qualidade compatíveis com as exigências do projeto ou serviço a ser executado, evitando falhas que possam comprometer a infraestrutura e gerar custos adicionais decorrentes de manutenção corretiva. Dessa forma, a contratação de empresa especializada possibilita a obtenção de itens que atendam aos requisitos técnicos, garantindo a segurança e a durabilidade das instalações.

O procedimento de contratação deve seguir com observância dos critérios de seleção e julgamento, de modo a assegurar a escolha da proposta mais vantajosa. Ressalta-se ainda que a aquisição dos materiais deve estar em conformidade com o planejamento orçamentário e com os princípios da sustentabilidade e economicidade.

Diante do exposto, a contratação de empresa especializada para a aquisição de materiais hidráulicos é medida necessária para garantir a eficiência, a qualidade e a conformidade técnica dos insumos utilizados, observando-se as normas legais aplicáveis e os princípios da administração pública.

## 5. ENQUADRAMENTO DA CONTRATAÇÃO:

5.1. A contratação fundamenta-se no artigo 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, e nas demais normas legais e regulamentares atinentes à matéria.

## 6. DA CONTRATADA

A escolha da empresa Comércio de Materiais de Construção Stein Ltda, inscrita no CNPJ nº 43.392.681/0001-93, justifica-se por sua capacidade técnica, idoneidade e atendimento aos requisitos exigidos para o fornecimento de materiais hidráulicos, garantindo conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021.

A empresa apresenta histórico de atuação no mercado, demonstrando experiência e especialização no fornecimento de insumos hidráulicos, o que assegura a qualidade e a adequação dos produtos adquiridos às especificações técnicas exigidas.

Além disso, a empresa atende aos critérios de vantajosidade e economicidade, oferecendo preços competitivos e condições comerciais favoráveis, o que contribui para a otimização dos recursos públicos.

A confiabilidade da fornecedora, aliada ao cumprimento das normas de qualidade e regulamentações aplicáveis, reduz riscos de falhas e garante a durabilidade das instalações, prevenindo custos adicionais com manutenções corretivas. A regularidade fiscal e jurídica da

(55) 9 9199-9431

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
*Todos Por São Pedro*

ADM: 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

empresa é outro fator determinante para a contratação, assegurando conformidade com as exigências legais e garantindo a transparência do processo.

A escolha da Comércio de Materiais de Construção Stein Ltda fundamenta-se, portanto, na melhor relação custo-benefício, na segurança do fornecimento e no cumprimento das exigências estabelecidas pela Lei nº 14.133/2021, garantindo a aquisição eficiente e regular dos materiais necessários para a execução dos serviços.

**7. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:**

- 7.1. Autorizar a entrega do objeto;
- 7.2. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato por meio de servidores designados como Gestor e Fiscal do contrato;
- 7.3. Comunicar imediatamente à CONTRATADA qualquer irregularidade manifestada na execução do contrato, para que sejam adotadas as medidas corretivas pertinentes;
- 7.4. Efetuar o pagamento devido.

**8. CONSTITUEM OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

- 8.1. Prestar o serviço, conforme determinado neste instrumento e documentos, expedidos pela CONTRATANTE;
- 8.2. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes das obrigações trabalhistas, tributárias e outras relativas e incidentes sobre o presente contrato;
- 8.3. Manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, sendo que o não cumprimento das obrigações acima é motivo suficiente para suspensão do pagamento e aplicação de sanções previstas neste contrato; o qual poderá ser rescindido nos termos dos artigos 138 previstos na Lei Federal nº 14.133/2021;
- 8.4. Cumprir as exigências de reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz;
- 8.5. Ocorrendo à rescisão do contrato, por qualquer motivo, fica o CONTRATANTE desobrigado de qualquer indenização;
- 8.6. O descumprimento das obrigações assumidas no contrato deverá ser objeto de comunicação escrita, tendo a parte inadimplente o prazo de 05 (cinco) dias para alegar o que entender de direito.

**(55) 9 9199-9431**

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)  
[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)  
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS







**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

8.7. Para os objetos pretendidos, os eventuais interessados deverão comprovar que atuam em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação, bem como apresentar os documentos a título de habilitação, nos termos do art. 62, da Lei nº 14.133/2021.

**HABILITAÇÃO JURÍDICA:**

- a) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Documento de identidade do dirigente, proprietário ou sócio com poderes de administração, nos termos do artigo 2º da Lei Federal n. 12.037/09;

**HABILITAÇÃO FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- c) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Física (CPF) ou no Cadastro nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- d) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual, se houver, e obrigatoriamente o Municipal (Alvará de Localização ou Certidão de Inscrição Municipal), relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividades e compatível com o objeto contratual;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União), Estadual, e Municipal do local da sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da Lei;
- g) Prova de regularidade para com a Justiça do Trabalho, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- h) Certidão negativa de falência e concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 90 (noventa) dias da data designada para a apresentação do documento.

**(55) 9 9199-9431**

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)  
[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)  
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



ADM: 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

**9. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

- 9.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado em moeda nacional, no prazo de até 15(Quinze) dias após a emissão da Nota Fiscal e verificada a conformidade do objeto contratado. O pagamento será por meio de depósito em conta corrente, mediante Ordem Bancária.
- 9.2. O pagamento poderá ser efetuado parcialmente na pendência de liquidação de qualquer obrigação financeira que for imposta à CONTRATADA, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.
- 9.3. Qualquer atraso acarretado por parte da CONTRATADA na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento, importará na interrupção da contagem do prazo de vencimento do pagamento, iniciando novo prazo após a regularização da situação.
- 9.4. Para efeito de pagamento, considerar-se-á paga a fatura na data da emissão da Ordem Bancária.
- 9.5. No pagamento do item descrito na Nota Fiscal, será verificada a pertinência da retenção do Imposto sobre a Renda (IR).

**10. EXECUÇÃO DO OBJETO:**

- 10.1. A Empresa contratada deverá realizar a execução do objeto, na forma como descrita no Termo de Referência.

**11. GESTÃO DO CONTRATO:**

- 11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 11.2. As comunicações entre o órgão e a contratada devem ser realizadas por escrito, sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.3. O CONTRATANTE poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.4. A formalização da contratação ocorrerá por meio de contrato.
- 11.5. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

**12. ESTIMATIVA DO PREÇO:**

- 12.1. O valor total estimado da contratação é de R\$20.794,0 (vinte mil e setecentos e noventa e quatro reais)

(55) 9 9199-9431

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)  
[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)  
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



ADM: 2025-2028





Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
1	Cano soldavel 60mm	BR	10	RS135,00	RS 1.350,00
2	Cano soldavel 50mm	BR	15	RS92,00	RS 1.380,00
3	Cano soldavel 40mm	BR	20	RS65,00	RS 1.300,00
4	Cano soldavel 32mm	BR	30	RS48,00	RS 1.440,00
5	Cano soldavel 25mm	BR	30	RS25,00	RS 750,00
6	Cano soldavel 20mm	BR	50	RS20,00	RS 1.000,00
7	Luva soldavel 60mm	UN	20	RS18,50	RS 370,00
8	Luva soldavel 50mm	UN	30	RS12,00	RS 360,00
9	Luva soldavel 40mm	UN	20	RS5,00	RS 100,00
10	Luva soldavel 32mm	UN	40	RS3,50	RS 140,00
11	Luva soldavel 25mm	UN	50	RS2,00	RS 100,00
12	Luva soldavel 20mm	UN	50	RS2,00	RS 100,00
13	Joelho soldavel 60mm	UN	20	RS36,00	RS 720,00
14	Joelho soldavel 50mm	UN	30	RS10,90	RS 327,00
15	Joelho soldavel 40mm	UN	30	RS12,90	RS 387,00
16	Joelho soldavel 32mm	UN	40	RS4,90	RS 196,00
17	Joelho soldavel 25mm	UN	50	RS2,50	RS 125,00
18	Joelho soldavel 20mm	UN	50	RS1,50	RS 75,00
19	Te soldavel 60mm	UN	12	RS45,00	RS 540,00
20	Te soldavel 50mm	UN	20	RS15,00	RS 300,00
21	Te soldavel 40mm	UN	30	RS14,00	RS 420,00
22	Te soldavel 32mm	UN	30	RS6,00	RS 180,00
23	Te soldavel 25mm	UN	50	RS2,50	RS 125,00
24	Te soldavel 20mm	UN	50	RS2,50	RS 125,00
25	Luva sold 40x1.1/4"	UN	20	RS17,90	RS 358,00
26	Luva sold. 32x1"	UN	20	RS7,00	RS 140,00
27	Luva sold 25x3/4"	UN	50	RS2,50	RS 125,00

(55) 9 9199-9431

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
Todos Por São Pedro  
ADM. 2025-2028





Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**

28	Luva sold 20x1/2"	UN	50	RS2,90	RS 145,00
29	Adaptador p/mangueira ext 3/4"	UN	30	RS2,50	RS 75,00
30	Adaptador p/mangueira int 3/4"	UN	30	RS2,50	RS 75,00
31	Registro esfera 60mm	UN	10	RS54,90	RS 549,00
32	Registro esfera 50mm	UN	15	RS22,00	RS 330,00
33	Registro esfera 40mm	UN	20	RS18,00	RS 360,00
34	Registro esfera 32mm	UN	20	RS15,00	RS 300,00
35	Registro esfera 25mm	UN	30	RS12,00	RS 360,00
36	Registro esfera 20mm	UN	30	RS9,90	RS 297,00
37	Adaptador sold 60x2"	UN	10	RS18,90	RS 189,00
38	Adaptador sold 50x1.1/2"	UN	20	RS5,50	RS 110,00
39	Adaptador sold 40x1.1/4"	UN	20	RS42,00	RS 840,00
40	Adaptador sold 32x1"	UN	20	RS24,90	RS 498,00
41	Adaptador sold 25x3/4"	UN	20	RS1,50	RS 30,00
42	Adaptador sold 20x1/2"	UN	30	RS1,50	RS 45,00
43	Lixa grão 36	UN	50	RS3,50	RS 175,00
44	Adesivo p/pvc 850g	UN	12	RS80,00	RS 960,00
45	Torneira p/ jardim 1/2"	UN	20	RS4,50	RS 90,00
46	Manga preta 1/2"	MT	300	RS2,00	RS 600,00
47	Joelho sold 32x1"	UN	30	RS3,90	RS 117,00
48	Joelho sold 25x3/4"	UN	30	RS2,90	RS 87,00
49	Joelho sold 20x1/2"	UN	40	RS2,50	RS 100,00
50	Fita veda rosca 18mmx50mt	UN	20	RS12,00	RS 240,00
51	Braçadeira rosca sem fim 13-19	UN	100	RS2,00	RS 200,00
52	Braçadeira rosca sem fim 19-27	UN	100	RS2,50	RS 250,00
53	Manga preta 3/4"	UN	200	RS2,40	RS 480,00

(55) 9 9199-9431

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabineteppmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabineteppmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



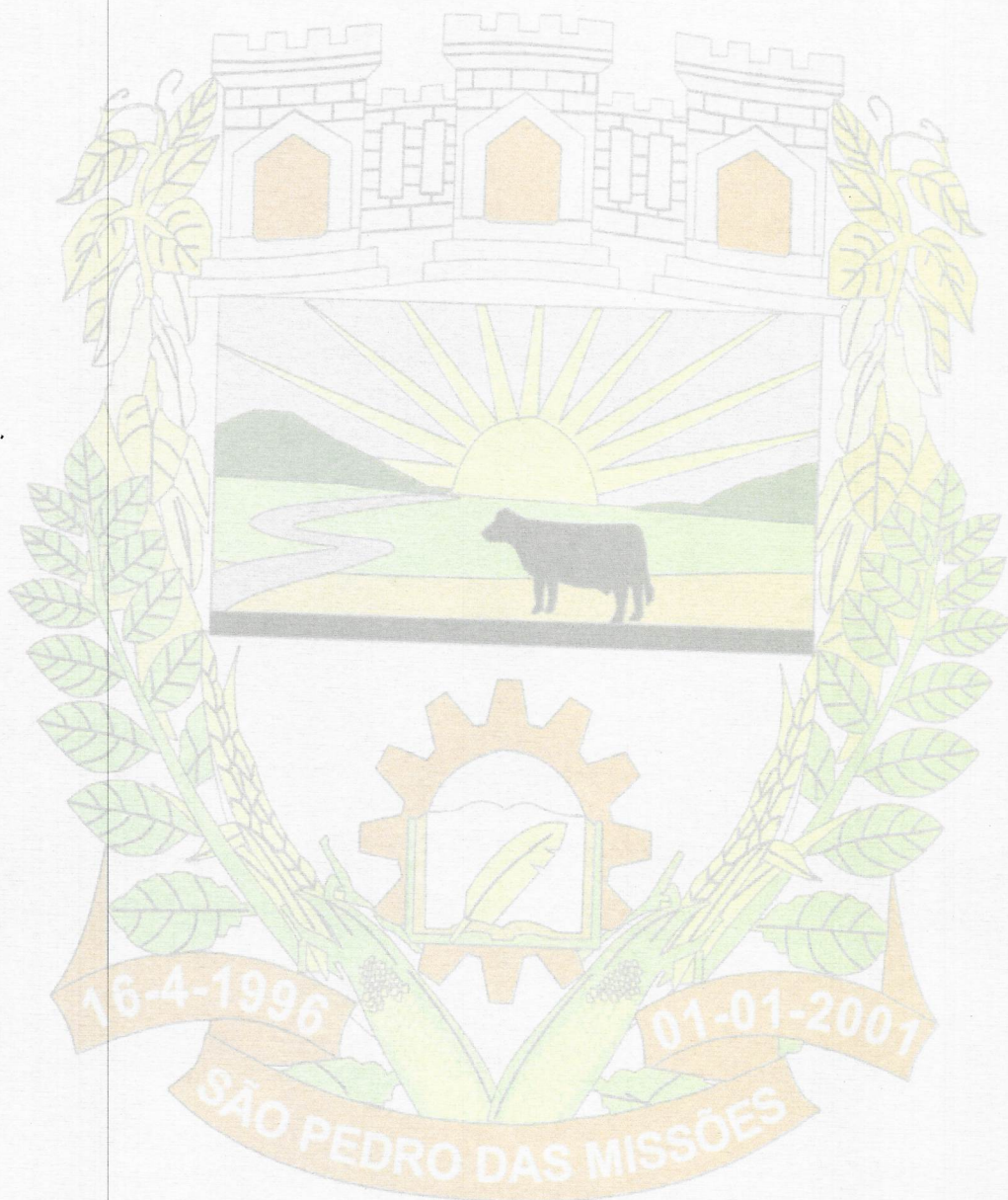
Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
Todos Por São Pedro  
ADM. 2025-2028





Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**

54	Arco de serra 12"	UN	03	R\$64,00	R\$ 192,00
55	Folha de serra 30cm	UN	12	R\$12,00	R\$ 144,00
56	Colar trava pvc	UN	06	R\$19,90	R\$ 119,40



(55) 9 9199-9431

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)  
[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)  
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
*Todos Por São Pedro*  
ADM. 2025-2028





Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**

	50mmx3/4"				
57	Colar trava pvc 40mmx3/4"	UN	06	R\$13,90	
58	Colar trava pvc 32mmx3/4"	UN	06	R\$14,90	R\$ 83,40
59	Colar trava pvc 25mmx3/4"	UN	06	R\$11,90	R\$ 89,40
60	Colar trava pvc 20mmx3/4"	UN	06	R\$9,90	R\$ 71,40
					R\$ 59,40
					TOTAL R\$20.794,00

### 13. DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO, REPACTUAÇÃO OU REAJUSTE GERAL

13.1 Os preços poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços, nas seguintes situações.

- em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
- em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
- serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
- poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13.2 Adotar-se-á para fins de Edital o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, para fins de reajuste geral de reposição.

### 14. DAS SANÇÕES

14.1. Observados o contraditório e a ampla defesa, todas as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, serão aplicadas pelo secretário municipal da pasta interessada, ou pela autoridade máxima da respectiva entidade, quando se tratar de autarquia ou fundação:

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

(55) 9 9199-9431

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)  
[gabinete@pmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinete@pmsaopedro@hotmail.com)  
Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



ADM. 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do caput deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no inciso I do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do caput deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 desta Lei.

§ 4º A sanção prevista no inciso III do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do caput deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do caput deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - Quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - Quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

(55) 9 9199-9431

[www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br](http://www.saopedrodasmissoes.rs.gov.br)

[pmsaopedro@hotmail.com](mailto:pmsaopedro@hotmail.com) - [gabinetepmsaopedro@hotmail.com](mailto:gabinetepmsaopedro@hotmail.com)

Rua 13 de Maio, s/n - Centro - CEP 98.323-000 - São Pedro das Missões - RS



Prefeitura Municipal de  
**São Pedro das Missões**  
Todos Por São Pedro  
ADM. 2025-2028





**Prefeitura Municipal de**  
**São Pedro das Missões**

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do caput deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do caput deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no caput deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**15. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:**

15.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município, mediante a seguinte dotação:

04 – Sec. Mun. De Obras

04 – Sec. Mun. De Obras

MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA - 2030

3390.30.00.00.00.00 - MATERIAL DE CONSUMO

**16. DA PUBLICAÇÃO E DELIBERAÇÃO:**

16.1. AUTORIZO a publicação no site da municipalidade a presente contratação direta firmada entre o MUNICÍPIO DE SÃO PEDRO DAS MISSÕES/RS e a empresa, COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO STEIN LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 43.392.681/0001-93, com sede na Rua Pinheiro Machado, Nº 342, Palmeira das Missões/RS.

São Pedro das Missões, 30 de janeiro de 2025.

Rafael Fumagalli e Silva  
Prefeito Municipal

